



Abolição do PEC ajudaria empresas a resolverem problemas de liquidez

“Trata-se de um imposto sem grande sentido”. Quem o diz a respeito do Pagamento Especial por Conta (PEC) é a direcção da Associação Industrial Portuguesa (AIP), que considera, por isso, que a sua “abolição constituiria um bom instrumento” na resolução dos problemas de liquidez das empresas. A AIP “lamenta que continue a manter-se o PEC”, dizem ainda.

O mesmo pensa a Associação Empresarial de Portugal (AEP) com o seu vice-presidente, Paulo Nunes de Almeida, a afirmar à VE que estamos perante um imposto sem “razão de existir”. E este dirigente associativo lembra que sempre se mostraram contra o PEC, como o prova o documento conjunto que tiveram a oportunidade de subscrever com a AIP e a CIP e onde davam conta desta posição. Os motivos invocados?

Paulo Nunes de Almeida fala de um imposto que é “calculado com base na facturação do ano anterior”, algo que, para o vice-presidente da AEP, “não se justifica”. O mesmo se pode dizer de um outro aspecto que envolve o pagamento especial por conta. É que, afinal, e como destaca este responsável, o crédito das empresas em relação a este imposto “demora muito tempo a receber”.



OE vai aumentar número de contribuintes abrangidos pelo PEC

A direcção da AIP recorda, por seu turno, que a “actual proposta do Orçamento de Estado para 2009 deverá aumentar o número de contribuintes abrangidos por este imposto”. E isto acontece, como explicam, porque esta proposta “suspende o regime simplificado de tributação em sede de IRC”. Assim sendo, a posição da AIP é, a partir de agora, de expectativa.

Disto nos dão conta quando afirmam que vão continuar “atentos a este problema e aguardar que da discussão parlamentar da proposta do Orçamento resulte uma solução mais adequada para o PEC”. Mas as expectativas da AIP não ficam por aqui.

A sua esperança é uma só: que, através da autorização legislativa que visa a criação de um regime simplificado de determinação do lucro tributável, se abra, como dizem, “espaço para a criação de um efectivo regime simplificado de tributação em IRC e se elimine o PEC”.

SANDRA RIBEIRO
sandraribeiro@vidaeconomica.pt

TÉCNICOS DE CONTAS APLAUDEM SUSPENSÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

A suspensão da determinação do lucro tributável com base no regime simplificado deixa de existir a partir de Janeiro, por força do Orçamento do Estado. “Coloca-se ponto final num regime que era uma monstruosidade e uma aberração fiscal”, congratulou-se Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), em declarações à “Vida Económica”.

A partir do próximo ano, as empresas passam a integrar-se no plano oficial de contas, a cumprirem a legislação. E trata-se de uma medida muito positiva em sede de IRC, na perspectiva daquele responsável, até porque todas as entidades de natureza

societária e cooperativa devem ter como base da sua actuação o POC.

Domingues de Azevedo não está contra o facto de as empresas passarem a ser obrigadas a cumprirem o pagamento especial por conta. “O valor é pago ao longo do ano e deixa de haver uma casca de banana para as empresas escorregarem. As empresas são tributadas pelos seus resultados contabilísticos, o PEC não tem influência directa nas contas das empresas. Deixa é de haver um regime absurdo, per si, já que apelava a uma contabilidade não organizada. Aliás, o regime contradizia o próprio Código das Sociedades Comerciais.”

Tiago Caiado Guerreiro convicto

O ESTADO TEM DE CORTAR NA DESPESA PÚBLICA

As alterações fiscais, assumidas em sede de OE2009, no que toca à tributação das empresas, são medidas “puramente simbólicas”, afirmou à “Vida Económica” Tiago Caiado Guerreiro.

Segundo este fiscalista, “só se ajuda no caso daquelas micro e pequenas empresas familiares, em que só a mãe e a filha trabalham. No geral,

as medidas tomadas não são medidas estruturais nem vêm melhorar a competitividade das empresas”.

“O problema todo, quanto a mim, não tem nada a ver com os impostos, nem com a receita, mas sim com o corte a a reestruturação da despesa pública. Enquanto isso não for feito, não se chega a lado nenhum”, acrescenta.